



Ação Militar e Política de D. João VI no Brasil

*L. P. Macedo Carvalho**

Resumo: O verdadeiro sentido da trasladação da Corte portuguesa para o Brasil e a ação militar e política de D. João VI durante sua permanência em terra brasileira são alguns dos tópicos destacados neste artigo, que resgata a imagem caricata que se costuma apresentar do monarca português.

Palavras-chave: D. João VI, estruturação do Estado, organização militar.

"A História julga só os resultados e não os propósitos."

Gregório Maraño, Tibério

Parece que já é hora de reavaliação da figura histórica de um rei injustiçado na historiografia brasileira e, particularmente, na portuguesa – D. João VI. A imagem distorcida que vem sendo constantemente transmitida dele é, na maioria das vezes, folclórica. Nas páginas da História, D. João é apresentado como um personagem bonachão, despreparado, feio, fraco, glutão, de limitados dotes intelectuais, que abandona a metrópole à sãha dos invasores franceses e ao posterior autoritarismo de Beresford, fugindo, com medo de Napoleão, para a Colônia, onde

passou a ter uma boa vida, alheio a tudo e deprimido.

À luz da verdade, com a invasão de Portugal pelas tropas de Andoche Junot, não restava alternativa ao príncipe regente senão transferir a Corte para o território português do Estado do Brasil, a fim de preservar a Coroa, a dinastia dos Braganças e o próprio reino de Portugal. Do contrário, ficaria na ameaça de cair prisioneiro de Napoleão, como aconteceu a seu cunhado Fernando VII, ocupante do trono da Espanha. O bloqueio continental instituído pelo Decreto de Berlim colocara Portugal em posição difícil: caso se opusesse ao fechamento dos seus portos, imposto pelos franceses, ficaria à mercê de Napoleão, com as fronteiras expostas; se

* Coronel Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Comunicação apresentada em 14 de novembro de 2000, no Palácio da Independência, Lisboa, Portugal.

aceitasse a política da França arriscar-se à perda do Brasil. O Exército de Portugal achava-se sem condições de oferecer resistência às forças invasoras espanholas e francesas. O refúgio no Brasil mostrava-se lógico, tendo sido vaticinado pelo Padre Vieira, por D. Luiz da Cunha (famoso diplomata) e esboçado mesmo, anteriormente, por outros administradores lusos como o grande estadista Marquês de Pombal. Não se deve esquecer que até o Primeiro-Ministro inglês William Pitt preconizara a instalação da capital do império português no Planalto Central do Brasil para salvaguardar a monarquia em perigo. Acresça-se ainda que o vasto Oceano Atlântico interpondo-se entre o Velho Mundo e a América proporcionava natural proteção, controlado pela poderosa esquadra inglesa, conforme até Napoleão evidenciava em instruções expedidas de Bayonne ao Almirante Decrés.

Não se pretende fazer de D. João VI um herói dotado de brilhante inteligência, com rasgos de atitudes corajosas e rápidas, mas também é inaceitável vê-lo retratado grotescamente como um idiota sem visão política, demasiadamente vacilante e desvalido. Na realidade, debaixo da aparente timidez e lentidão de seus atos, escondia-se uma mente atilada, equilibrada, prudente e sagaz. Ao postergar a tomada de decisões, jogava uns contra os outros, conselheiros e ministros, dividindo-os para reinar e derrotar os adversários. Valia-se de evasivas para ganhar tempo e tirar vantagem, o que o caracterizaria como homem de imaginação e de percepção aguçada.

É um grande equívoco interpretar-se a transferência da Corte portuguesa para o Brasil como mera fuga. Fora bem planejada, com bastante antecedência. Não se tratara de improvisação. A genial mudança do Governo com seu acervo histórico e os meios indispensáveis à administração atesta isso. Ninguém se muda, de uma hora para outra, de um lado para outro do Atlântico, enfrentando enorme resistência dos seus compatriotas e inimigos, com uma comitiva da ordem de 15 mil pessoas, incluindo fuzileiros da Brigada Real da Marinha, biblioteca particular, em 15 naus e fragatas abarrotadas de documentos, pratarias, roupas, utensílios diversos e suprímentos, acompanhado da nobreza, acadêmicos, professores, técnicos, crianças, mãe doente, mulher contrariada e, inclusive, do herdeiro do trono, sem maiores razões do que o simples medo de Napoleão. Não se mudara apenas a Corte mas o Estado, afirma Pedro Calmon. A transladação da Corte para o Rio de Janeiro deve ser considerada mais u' a manobra política arguta e feliz do que deserção covarde, assevera o historiador Oliveira Lima. Não resultou subitamente de um recurso extremo e irrefletido.

É preciso conhecer um pouco a história da diplomacia inglesa para se entender o que se tramava nos bastidores do poder. Em carta remetida da Inglaterra a Strangford, embaixador inglês em Portugal, Lorde Canning revela a existência de um acordo secreto para apoiar o Príncipe Regente D. João a estabelecer no Brasil um grande reino com a possibilidade de expansão territorial na Cisplatina, como de fato, mais tarde, veio a ocorrer. Strangford,

em correspondência enviada ao seu país, informa que D. João relutou em deixar Portugal até o último momento, o que corrobora a idéia de não ter havido uma fuga, mas um projeto.

A AÇÃO MILITAR

Logo ao chegar no Rio de Janeiro, D. João se preocupou com a questão de defesa do Brasil. De pronto, o governo joanino tomou uma série de medidas para o fortalecimento militar da Colônia, podendo-se mesmo considerá-las como iniciadoras da organização da força terrestre brasileira.

Confiou D. João a pasta dos Negócios Estrangeiros e da Guerra a D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares, seu autêntico braço direito enquanto viveu, até 1812. O Ministério da Marinha e Ultramar foi entregue ao Conde de Anadia, D. João Rodrigues de Sá e Menezes. Entre os seus primeiros atos político-administrativos promulgados destacam-se a criação do Conselho Supremo Militar e a da Intendência Geral da Polícia da Corte.

D. João já desembarcou no Rio de Janeiro em 1808 trazendo consigo a Brigada Real da Marinha que, transformada em Regimento de Artilharia, seria a célula máter do Corpo de Fuzileiros Navais, cuja relevante atuação na tomada de Caiena e na campanha de incorporação da Cisplatina valeram-lhe prestígio desfrutado até os dias de hoje.

Diante da premência de defesa e segurança dos vastos domínios da Colônia, determinou a reorganização do Arsenal de

Marinha e a instalação da Academia de Marinha e da Companhia de Guardas-Marinhas nos dormitórios do Mosteiro de São Bento.

Em 13 de maio de 1808, criou o posto de almirante-general, investindo nele o Infante D. Pedro Carlos, e começou o preparo da frota naval que iria permitir a invasão da Guiana Francesa e apoiar as ações ofensivas no Prata.

A situação militar da Colônia era deplorável. A tropa, sem disciplina e instrução, pessimamente fardada, mal comandada, tinha até de exercer outras ocupações para se manter. Afora a tropa de linha, cujo efetivo não ultrapassava dois mil homens, havia no Rio de Janeiro, por ocasião da chegada de D. João, apenas dois regimentos de milícia, integrados por lojistas, caixeiros e aprendizes que ocupavam, inclusive, os postos de oficiais, num total de 1.500 milicianos. Esse quadro exigia melhor organização militar e dar maior atenção à formação dos oficiais, além de reforçar a defesa.

Com a finalidade de defender o Rio de Janeiro de incursões estrangeiras, D. João reestruturou o Arsenal de Guerra da Ponta do Calabouço, onde se situa hoje o Museu Histórico Nacional, nos moldes do seu congênere de Lisboa, para reparar o armamento das fortificações, fabricar munição de artilharia, lâminas de espada, armas de fogo e fundição de canhões.

O Alvará de 1º de março de 1811 instituiu a Real Junta dos Arsenais do Exército, Fábricas e Fundições.

Por Carta de Lei de 4 de dezembro de 1810, foi criada a Academia Real Militar,

berço da Academia Militar das Agulhas Negras, provisoriamente sediada na famosa Casa do Trem, e dois anos depois transferida para a inacabada Sé, no Largo de São Francisco de Paula, “para formar hábeis oficiais de artilharia e de engenharia”, em curso de sete anos de duração. Presidia a Junta Militar da Academia o Tenente-General Carlos Antônio Napion, italiano de nascimento radicado em Portugal que, na época, exercia o cargo de Chefe do Estado-Maior dos Exércitos e as funções de membro do Conselho Supremo Militar. Napion ativou também a Casa do Trem e a Casa das Armas, no Morro da Conceição. Diretor do Arsenal da Casa do Trem, foi nomeado Inspetor Geral de Artilharia, Arsenais, Fábricas e Fundições e instalou uma Fábrica de Pólvora à margem da Lagoa Rodrigo de Freitas; dedicou-se também ao reaparelhamento das fortificações do Rio de Janeiro.

Poucas semanas após desembarcar, D. João organizou o Arquivo Real Militar na Casa do Trem, com mapoteca do interior e do litoral, além de plantas das fortalezas, baterias e artefatos de guerra.

No Colégio dos Jesuítas do Morro do Castelo, foi instalado o Real Hospital Militar, que passou a tratar também de doenças mentais, adotando os novos métodos do médico francês Phillipe Pinel.

Com a nova organização militar, surgiram as companhias de caçadores e de granadeiros.

Em 13 de maio de 1808, o Príncipe Regente criou o 1º Regimento de Cavalaria, atual Regimento de Dragões da Independência, a oito subunidades, tendo por base

o esquadrão já existente, a Guarda Real do Príncipe, também denominada Archeiros da Guarda Real, um batalhão de caçadores, um corpo de artilharia a cavalo – invenção espanhola – e um quadro de artífices para o Arsenal de Guerra.

Reorganizou a tropa de linha na Bahia, em São Paulo, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, aumentando os seus efetivos.

À semelhança da gendarmaria da metrópole, na mesma época, D. João constituiu a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia da Corte no Rio de Janeiro.

Extinguiu o antigo sistema de ordenanças, alicerces da estrutura militar portuguesa durante quase dois séculos e meio, estabelecendo novas normas para a seleção de oficiais.

Acelerou-se a construção de quartéis no Rio de Janeiro, destacando-se o do Campo de Santana, onde funcionou mais tarde o Quartel-General do Exército, demolido na República.

Alterou o plano de uniformes do Exército, tomando como modelo o fardamento do Império francês.

O Príncipe Regente ordenou a constituição e a vinda de Portugal de uma Divisão de Voluntários Reais, integrada por tropa de artilharia, cavalaria e infantaria, no valor de 4.850 homens. O restabelecimento da ordem em Pernambuco e a campanha da Cisplatina determinaram o envio de expressivos reforços – a Divisão Auxiliadora (quatro batalhões de infantaria, um de caçadores e uma brigada de artilharia).

Devem ser mencionadas ainda outras medidas tomadas por D. João que influí-

ram, direta ou indiretamente, na estruturação da força terrestre de então, no Brasil, tais como: a transformação da Brigada de Cavalaria de Milícias em dois regimentos; do Batalhão dos Caçadores dos Henriques em regimento no Rio de Janeiro; a instalação de várias fábricas de “espingardas” em Minas Gerais; a inauguração de novas oficinas na Fábrica de Armas da sede da Corte; a organização do Corpo de Veteranos para inválidos, de corpos de tropa no Norte e no Nordeste; além da criação da Artilharia do Maranhão e do Regimento de Lanceiros Guaranis, composto de índios, nas Missões (Rio Grande do Sul).

Sem dúvida, a reestruturação militar efetuada por D. João VI contribuiu decisivamente para a expansão geográfica máxima já atingida pela Colônia, dando forma a um Exército regular, de caráter nacional, que viria a apoiar o processo da independência política do Reino do Brasil.

A AÇÃO POLÍTICA

O projeto de criação de um grande reino na América é fundamental para a compreensão do processo emancipador político do Brasil. D. João, afora salvar a Coroa e preservar a dinastia de Bragança, assegurou a integridade do território e a soberania do Brasil. O maior legado de D. João para o Brasil foi a unidade territorial e lingüística, base indispensável à estruturação do Estado nacional. D. João lançou os alicerces das principais instituições político-econômicas que viabilizaram o crescimento do Brasil, para não mencio-

nar as de caráter administrativo, científico-cultural, jurídico e militar, encerrando o período colonial. A vinda de D. João para o Brasil tem grande significado na estruturação do futuro império brasileiro e na elaboração do projeto político e civilizatório da nova nacionalidade e do Estado. A Abertura dos Portos, em 28 de janeiro de 1808, encerra um período da economia brasileira iniciado em 1500. Por esse ato, a presença do monarca no Rio de Janeiro tornou Portugal “colônia da colônia”, o que acabaria por contrariar as Cortes de Lisboa, com a elevação à condição de Reino, precedendo o Algarve. É um marco tão importante a transferência da Corte para o Rio de Janeiro que alguns historiadores consideram ter a emancipação econômica do Brasil se verificado em 1808, dadas as tão favoráveis condições da balança comercial. A transferência da sede da monarquia para o Rio de Janeiro assinala um rompimento com o colonialismo. O Brasil tornou-se autônomo sem ser independente. Com D. João no Brasil, tudo mudou. Ergueu-se um reino não apenas no papel, fazendo surgir um governante de perfil inteiramente diferente, a julgar pelos seus atos e falas. Mais do que palavras ou propósitos, são os atos de D. João que traçam sua imagem e revelam sua importância na formação do Estado brasileiro.

Apesar da imediata e violenta repressão que levou ao heróico sacrifício dos líderes brasileiros do movimento de independência do Brasil, de cunho republicano, conhecido como a Revolução Pernambucana de 1817, ou a Confederação do Equador, não hesitou em preservar a unidade nacional e

evitar a fragmentação do território em mãos alienígenas. Dominada a sedição, falou mais alto a sua bondade e o rei concedeu perdão em alguns casos isolados e, logo depois, anistia geral.

Não vacilou em extinguir as sociedades secretas que ameaçavam a ordem pública e o governo.

Deu organização ao Estado criando o Conselho de Estado, a Intendência Geral de Polícia, o Conselho da Fazenda, a Mesa de Consciência e Ordens, o Conselho Superior Militar, o Desembargo do Paço e a Casa de Suplicação (Supremo Tribunal).

A política externa teve por característica fundamental a estreita aliança e o aumento dos acordos comerciais com a Inglaterra, bem como o espírito de represália e o expansionismo do reino.

Mal chegou, D. João lançou proclamação, em 1^o de maio de 1808, anunciando a criação de um novo império e declarando guerra à França.

A Guiana Francesa, indefesa e pela sua proximidade, vinha de encontro aos intentos de revide de D. João e, concomitantemente, de fixação definitiva dos limites norte das fronteiras brasileiras. Desta forma, organizou uma força que conquistou Caiena e estendeu os seus domínios ao Caribe até 1817, quando a devolveu à França em consequência do acordo resultante do Congresso de Viena. Instituiu a Ordem da Torre e da Espada para assinalar “essa memorável época”.

As lutas ao Sul do Brasil, que marcaram a política expansionista do novo império, aproveitando-se das ambições de D. Carlota Joaquina, atendiam aos interes-

ses da Coroa de se opor aos espanhóis. A intervenção no Prata resultou na incorporação da Banda Oriental do Uruguai com o nome de Província Cisplatina, após habilidosa manobra de D. João junto à Corte de Madri.

Para executar sua política externa D. João dotou o Brasil de um Exército permanente moderno.

Os acontecimentos políticos que agitaram Pernambuco encobriram a aclamação de um rei na América, em 6 de fevereiro de 1818, no Campo de Santana, a partir daí batizado de Campo da Aclamação, assim como o casamento do Príncipe D. Pedro com D. Maria Leopoldina d’Áustria, filha de Francisco I e de Maria Teresa de Bourbon, em 13 de maio de 1817.

As palavras do Marquês de Caravelas no Senado, já em 1826, recordam o período de D. João VI e refletem o sentimento que devemos guardar:

(...) nós todos os que aqui estamos temos muitas razões para nos lembrarmos do Sr. D. João VI; todos lhe devemos ser gratos pelos benefícios que nos fez; elevou o Brasil a Reino, procurou por todos os meios o seu bem; tratou-nos sempre com muito carinho e todos os brasileiros lhe são obrigados.

Deve-se, da mesma forma, ter em mente a recomendação de D. João VI ao príncipe herdeiro, dois dias antes de partir: “Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me hás de respeitar, do que para algum desses aventureiros.”

Não se prega que se fechem os olhos às mazelas do tecido histórico e se exalte somente os bons resultados para o

Brasil do advento da Corte e da ação de D. João VI. Mas seria ingratidão continuar a encarar as nossas origens como algo que nos cause vergonha e a ridicularizar a figura histórica daqueles a quem muito se deve.

“Assim como não pediu para nascer, não pediu D. João para ser rei. Rei seria o outro, o irmão educado especialmente para isso, mais velho, mais inteligente e até menos feio (...)”, retrata Luiz Edmundo o monarca na sua obra *A Corte de D. João no Rio de Janeiro*. Porém, reconstituindo-se a história, ao que tudo indica, a figura de D. João VI está sendo merecidamente reavaliada.

“D. João VI foi sem dúvida alguma no Brasil, e ainda o é, um rei popular”, no dizer de Oliveira Lima.

D. João VI é reconhecido como o verdadeiro fundador da nacionalidade brasileira. A sua popularidade é explicada claramente pelo grande amor demonstrado ao Brasil. Talvez a sua nítida predileção pelo Brasil provocasse em Portugal ressentimentos. Prisioneiro das Cortes em Lisboa, soltou-se no Brasil, onde foi feliz e pôde dar mostras de capacidade e de suas qualidades.

É chegada a hora, pois, de se enxergar D. João VI com outros olhos, de se rever o importante papel por ele desempenhado como estadista.

L'Histoire est toujours à relire et toujours inconnue.



BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typografia de Silva Porto, 1822.
- CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1961.
- CARVALHO, Luiz Paulo Macedo (coord.). *O Exército na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.
- CASTRO, Therezinha de. *José Bonifácio e a Unidade Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1984.
- FROTA, Guilherme de Andrea. *Panorama da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos S. A., 1992.
- LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- PEREIRA, Heloísa Santos. *Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: ACVM Editora Ltda., 1993.